



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DLL

RELATORIA: DLL

TERMO: 063/2023

NÚMERO: Aditamento ao Contrato de Adesão N° 1/ANTT/2022 referente à autorização à Rumo S.A. entre os municípios de Santa Rita do Trivelato/MT e Sinop/MT.

OBJETO: VOTO À DIRETORIA

ORIGEM: SUFER

PROCESSO (S): 50500.030394/2022-81

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: PARECER n. 00118/2023/PF-ANTT/PGF/AGU.

ENCAMINHAMENTO: Aprovar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Adesão n° 1/2022, da empresa Rumo S.A.

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de proposta de formalização de Termo Aditivo ao Contrato de Adesão n° 1/2022 (SEI n° 14132789), para fins de compatibilizar as datas-limite definidas no seu Anexo II, com os prazos estabelecidos na subcláusula 13.3, II, adequando assim o "Anexo II - Cronograma Físico Previsto para Implantação do Empreendimento" aos termos do Contrato de Adesão celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e empresa Rumo S.A.

2. DOS FATOS

2.1. Em 17 de novembro de 2022, foi celebrado entre a União, por intermédio da ANTT, e a empresa Rumo S.A., o Contrato de Adesão n° 1/ANTT/2022 (SEI n° 14132789), cujo Extrato de Adesão (SEI n° 14326241) foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) N° 218 em 21 de novembro de 2022, depois de devidamente autorizado pela Diretoria Colegiada por intermédio da Deliberação N° 324, de 25 de outubro de 2022.

2.2. O Contrato de Adesão n° 1/2022 (SEI n° 14132789) outorgou à empresa Rumo S.A, por autorização ferroviária, a construção e exploração de estrada de ferro localizada entre os municípios de Santa Rita do Trivelato/MT e Sinop/MT com extensão aproximada de 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros), por um prazo de 99 (noventa e nove) anos, nos termos da Lei n° 14.273, de 23 de dezembro de 2021, do Decreto n° 11.245, de 21 de outubro de 2022, e da [Resolução ANTT n° 5.987, de 1º de setembro de 2022](#).

2.3. Considerando a assinatura do contrato de adesão, a ANTT solicitou à autorizatória o envio do cronograma físico e informações trimestrais, por meio do Ofício SEI n° 36340/2022/COPAF/GECOF/SUFER/DIR-ANTT (SEI 14473514), de 11/11/2022.

2.4. Em resposta, a RUMO S.A encaminhou, por meio da Carta n° 179/JUR-REG/CC/2022 (SEI 14703859), de 14/12/2022, o relatório de acompanhamento, o qual informa que a implantação dos investimentos está aderente às etapas previstas no cronograma de que trata o Anexo II do Contrato de Adesão n° 01/ANTT/2022, não sendo necessária a sua atualização no momento.

2.5. Em análise ao cronograma, conforme NOTA TÉCNICA SEI N° 428/2023/COAUF/SUFER/DIR/ANTT (SEI 1555800), a SUFER constatou incompatibilidade entre as datas-limite definidas no Anexo II "Cronograma Físico Previsto para Implantação do Empreendimento" e os prazos estabelecidos na subcláusula 13.3, II, ambos do aludido contrato de adesão celebrado, entendendo, assim, pela recomendação de aditamento do Contrato de Adesão, com prévia notificação à Autorizatória para adequação do Anexo II aos termos do Contrato de Adesão celebrado.

2.6. A Rumo S.A., por meio da Carta n° 039/JUR-REG/CC/2023 (SEI 16036755), apresentou o anexo (SEI 16036762) com o cronograma retificado.

2.7. A Procuradoria junto à ANTT se manifestou, por meio do Parecer n. 00118/2023/PF-ANTT/PGF/AGU, no sentido de que não vislumbra óbice, sob o ponto de vista jurídico-formal, quanto à efetiva necessidade da lavratura de Termo Aditivo ao Contrato de Adesão n° 01/ANTT/2022, bem como ratifica as orientações exaradas nos Pareceres Referenciais n° 00001/2022/PF-ANTT/PGF/AGU e n° 00005/2022/PF-ANTT/PGF/AGU, para que seja devidamente atestado nos autos pela área técnica que o caso concreto se amolda aos termos das referidas manifestações, resta dispensada o envio do processo para análise da PF/ANTT.

2.8. Os Pareceres Referenciais n° 00001/2022/PF-ANTT/PGF/AGU e n° 00005/2022/PF-ANTT/PGF/AGU foram exarados com o objetivo de recomendar a área técnica que ao proceder a análise dos Contratos de Adesão verificasse se este documento estava de acordo com o modelo padrão, definido na Deliberação n° 257/2022, assim como, que fosse observado se foram apresentados, no requerimento da outorga de autorização pela pessoa jurídica interessada, todos os documentos listados no art. 5º da Resolução n° 5.987/2022 e art. 25, § 1º da Lei 14.273/2021.

2.9. Assim, a área técnica elaborou o RELATÓRIO À DIRETORIA N° 266/2023 (SEI 17196987),

manifestando-se no sentido que o presente processo se encontra apto para a Deliberação sobre o aditamento do Contrato de Adesão N° 1/ANTT/2022, quanto a outorga de autorização ferroviária e publicação do extrato do aditamento do contrato de adesão, nos termos do art. 9º da Resolução ANTT n° 5.987, de 2022, para tanto, foi acostadas as minutas de Termo Aditivo (SEI n°16122515) e de Deliberação (SEI n° 16122549).

2.10. Por fim, Mediante sorteio realizado em 30 de junho de 2023 (Certidão de Distribuição - 17599117), os autos vieram para esta Diretoria para análise e proposição ao Colegiado.

### 3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Em razão da [Lei n° 14.273, de 23 de dezembro de 2021](#), denominada "Lei das Ferrovias", foi estabelecido o novo regime regulatório de autorização voltado à exploração indireta do serviço de transporte ferroviário federal, mediante outorga em regime de direito privado, a ser formalizado via celebração de contrato de adesão.

3.2. A Lei n° 14.273, de 2021, foi regulamentada pelo [Decreto n° 11.245, de 21 de outubro de 2022](#), o qual estabelece, no âmbito da administração pública federal, entre outros, os procedimentos e os requisitos para a formulação de requerimento e a realização de chamamento público para exploração de ferrovias mediante outorga por autorização, bem como institui o Programa de Desenvolvimento Ferroviário.

3.3. No âmbito da ANTT, a Resolução ANTT n° 5.987/2022 disciplinou o procedimento administrativo de requerimento para exploração de novas ferrovias, novos pátios ferroviários e demais instalações acessórias mediante outorga por autorização, nos termos do art. 25 da Lei n° 14.273, de 23 de dezembro de 2021.

3.4. Ressalta-se que a proposição das datas-limite, concernente ao que preconiza a Resolução ANTT N° 5.987, de 2022, coube à Autorizatória no âmbito da instrução processual que culminou na celebração do Contrato de Adesão.

3.5. A SUFER concluiu pela conformidade dos elementos apresentados com essa legislação, cuja manifestação está consubstanciada na Nota Técnica SEI n° 1804/2023/COAUF/SUFER/DIR/ANTT (SEI n° 16117761).

3.6. Assim, o Contrato de Adesão (SEI n°14132789) celebrado entre a União e a Rumo S.A., teve seu extrato publicado no DOU 21/11/2022, com vigência de 99 (noventa e nove) anos, dispôs, na subcláusula 13.3, inciso II, sobre os prazos máximos para obtenção de licenças ambientais, sendo estes:

- de três anos para obtenção de licença ambiental prévia;
- de cinco anos para obtenção de licença ambiental de instalação; e
- de dez anos para obtenção da licença ambiental de operação.

3.7. Desta forma, o Anexo II (SEI n°14132789) apresentado pela Requerente é parte integrante do Contrato de Adesão celebrado, que trata do Cronograma Físico Previsto para Implantação do Empreendimento, deve estar em conformidade com o disposto na subcláusula supracitada.

3.8. Contudo, foi constatada, posteriormente à celebração do Contrato de Adesão, incompatibilidade entre as datas-limite definidas no Anexo II - Cronograma Físico Previsto para Implantação do Empreendimento os prazos estabelecidos na subcláusula 13.3, II, ambos do aludido Contrato de Adesão celebrado. Essa divergência decorre do fato de o Anexo II, nos termos do Contrato de Adesão vigente, trazer as seguintes datas-limite para obtenção de licenças ambientais:

- Dezembro/2034: doze anos para obtenção de licença ambiental de prévia;
- Junho/2036: treze anos e seis meses para obtenção de licença ambiental de instalação; e
- Junho/2041: dezoito anos e seis meses para obtenção da licença ambiental de operação.

3.9. Diante da necessidade de correção dessa inconsistência no Contrato de Adesão. Nesse intuito, sugere-se, como medida para essa adequação, o aditamento do Contrato de Adesão para fins de compatibilizar as datas-limite com os prazos estabelecidos na citada subcláusula, a Rumo S.A. apresentou novo Cronograma Físico (SEI n°16036762), por meio da Carta n° 039/JUR-REG/CC/2023 (SEI 16036755), no qual informou as seguintes datas-limite para obtenção de licenças ambientais:

- Outubro/2025: três anos para obtenção de licença ambiental prévia;
- Outubro/2027: cinco anos para licença ambiental de instalação; e
- Outubro/2032: dez anos para obtenção da licença ambiental de operação.

3.10. Assim, considerando que "para alterar informações de um contrato quando se fizer necessário corrigir, modificar, esclarecer ou, inclusive, adicionar novas cláusulas que modificarem termos iniciais ajustados entre as partes, o termo aditivo pode ser utilizado. Ou seja, se em algum momento for preciso repactuar o inicialmente acordado, isso ocorrerá por intermédio de aditivo contratual", e com base nas manifestações técnicas e jurídicas assentadas aos autos, proponho à Diretoria Colegiada autorizar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Adesão n° 1/2022, que

trata da construção e exploração pela Rumo S.A., da estrada de ferro localizada entre os municípios de Santa Rita do Trivelato/MT e Sinop/MT, conforme Minuta de Deliberação DLL (SEI 18088872) e Minuta de Termo Aditivo DLL (SEI 18088887).

#### 4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Por todo o exposto, considerando as informações assentadas nos autos, propõe-se à Diretoria Colegiada aprovar a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Adesão nº 1/2022, com a finalidade de alterar o Anexo II, para retificar as datas-limite e compatibilizá-las com a subcláusula 13.3, II, do Contrato de Adesão nº 1/2022, que autorizou à Rumo S.A. a construção e exploração de estrada de ferro localizada entre os municípios de Santa Rita do Trivelato/MT e Sinop/MT, pelo prazo de 99 (noventa e nove) anos, nos termos do art. 25, § 3º, da Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2022, e do art. 9º da Resolução ANTT nº 5.987, de 1º de setembro de 2022.

Brasília, 07 de agosto de 2023.

**LUCIANO LOURENÇO DA SILVA**

DIRETOR



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO LOURENÇO DA SILVA, Diretor**, em 07/08/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18088870** e o código CRC **544AAE9E**.

Referência: Processo nº 50500.030394/2022-81

SEI nº 18088870

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - [www.antt.gov.br](http://www.antt.gov.br)